

DIRETORES

Antônio Carlos Coutinho Nogueira
José Bonifácio Coutinho Nogueira Filho

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Carlos Coutinho Nogueira,
Ciro Porto, Ivan Sazima,
José Bonifácio Coutinho Nogueira Filho,
Liana John, Paulo Nogueira-Neto,
Sérgio Salvati, Suzana Machado Pádua

DIRETOR EDITORIAL

Ciro Porto

EDITORES EXECUTIVOS

Liana John
Valdemar Sibinelli

EDITORES

Luiz Figueiredo
Maraisa Ribeiro
Raul Dias Filho

EDITOR DE ARTE

Matheus Jeremias Fortunato

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA

Matheus Jeremias Fortunato
Renato Munhoz

FOTOGRAFIA

Adriano Gambarini, Carlos Alberto Coutinho,
Du Zuppani, Edson Endrigo, Fábio Colombini,
Germano Wöehl Jr, Haroldo Palo Jr,
Lincoln Karim, Silvestre Silva

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Antonio Carlos de Mendes Thame,
Henrique Picarelli, Jum Tabata, Mariana Moreno,
Maura Campanili, Paulo Conte, Ricardo Bonverdop

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ciro Porto (Mtb 20.414)

ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE DIRETOR

Sérgio Eduardo Santos

GESTÃO COMERCIAL E CIRCULAÇÃO

Regiane Eliza Bigon

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO NO BRASIL

Fernando Chinaglia

IMPRESSÃO

Globo Cochrane

CAPA

Haroldo Palo Jr.
Espécie retratada:
Pinguim-rei (*Aptenodytes patagonicus*)

PARA ASSINAR

TMKT - 0800 703 3788
terradagente@tmktbrasil.com.br

PARA ANUNCIAR

São Paulo: (19) 3776.6535
Minas Gerais e Espírito Santo:
(31) 2126-8066 ou 9131-8495
Rio de Janeiro e Amazonas:
(21) 2553.0737 ou 9962.0913
Brasília: (61) 321.9100 ou 9973.4304
Rio Grande do Sul:
(51) 3388.7712 ou 9113.6199
Paraná: (41) 339.4848 ou 9111.8009
Email: terradagente@terradagente.com.br

REVISTAS ATRASADAS

(19) 3776 6507



A revista Terra da Gente é
uma publicação mensal
da Empresa Regional de
Comércio Eletrônico Ltda,
uma empresa do Grupo EPTV

DEDO DE PROSA

LIANA JOHN



Comemoração às avessas

Às vésperas desse Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado no dia 5 de junho, o Brasil fez as manchetes dos principais jornais do mundo, com uma notícia que se repete de forma cíclica: aumentou a velocidade do desmatamento na Amazônia. Entre agosto de 2003 e julho de 2004, perdemos 26.130 quilômetros quadrados de florestas! É o segundo maior índice desde que foi registrado o recorde histórico de 29.050 km², entre 1994 e 1995. Pior: esse levantamento exclui Roraima e Amapá, onde os índices já não são mais tão insignificantes. Portanto, o quadro é pior ainda do que foi admitido pelo Governo Federal.

Um pouco antes, no início de maio, a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas) havia divulgado os resultados de uma pesquisa de opinião realizada em 143 municípios, na qual 75% dos entrevistados declarou temer que o Brasil seja invadido por um país rico devido às suas imensas riquezas naturais. Uma opinião também cíclica, que volta a circular sempre que demonstramos nossa incapacidade de cuidar de forma apropriada desse imenso tesouro que é a biodiversidade brasileira.

Além de temas recorrentes, essas duas notícias, juntas, são sintomas de uma grave dificuldade do País: a de assegurar sua soberania, digamos, ambiental. Os diplomatas que representam o Brasil nas negociações de convenções internacionais ambientais são reconhecidamente capazes de demonstrar nossa soberania territorial e defendem com propriedade nossas riquezas naturais das manobras que poderiam colocar em questão essa soberania. Estão sempre atentos aos subterfúgios da linguagem diplomática, às vezes expressa em acordos internacionais, e prontos a responder a declarações atravessadas, como as do francês Pascal Lamy, hoje à frente da Organização Mundial de Comércio (OMC), que gostaria de declarar a Amazônia um 'bem' da Humanidade.

O fato de termos um bom time de frente no Itamaraty, no entanto, não garante que o Executivo saiba o que fazer com as riquezas naturais defendidas na letra da lei internacional. É preciso saber qual o caminho nacional. E é urgente fazer com que a soberania diplomática se transforme numa soberania democrática.

Enquanto os ministros acordam para o assunto, as chuvas começam a escassear na Amazônia e tem início a estação de abate de árvores. Estradas ilegais abrem caminho para o transporte de madeira roubada do patrimônio público nacional. O destino nem é mais a exportação: 80% da madeira amazônica segue para as regiões Sul e Sudeste, tendo São Paulo como o maior mercado. O que não é extraído irregularmente dos parques e terras indígenas sai de assentamentos.

Tudo isso é fartamente conhecido e o Ministério do Meio Ambiente tem reforçado a fiscalização, feita pelo Ibama. Segundo dados do próprio ministério, as grandes operações de fiscalização aumentaram 68% desde 2003 e o total de infrações cadastradas aumentou 54%, tendo sido apreendidos 73 mil metros cúbicos de madeira. Os números parecem grandes, mas praticamente desaparecem quando se sabe que a imensa maioria das multas aplicadas pelo Ibama são simplesmente ignoradas e o total de madeira extraída na Amazônia está em torno de 24 milhões de m³. Vinte e quatro milhões menos 73 mil, faz mesmo alguma diferença?

Definitivamente, precisamos de planos melhores do que esse, de fiscalizar depois do estrago feito. Precisamos dar um outro destino às nossas riquezas naturais. Inserir, de uma vez por todas, uma política para a Amazônia na agenda do País. Para não repetir, em 2006, um Dia Mundial do Meio Ambiente às avessas.